



XIX PLENÁRIA NACIONAL DO FNDC

São Paulo | 21 a 23 de abril

25 anos
em defesa
da democracia
na comunicação
e no Brasil

**TESE SOBRE
BALANÇO
DE GESTÃO**

Expediente

Coordenação Executiva FNDC 2016-2018

Coordenação Geral

Renata Mielli

Centro de Estudos da Mídia Alternativa
Barão de Itararé

Secretaria Geral

Bia Barbosa

Intervozes

Secretaria de Finanças

Israel do Vale

Associação Brasileira de Emissoras Públicas,
Educativas e Culturais (Abepec)

Secretaria de Organização

Roni Anderson Barbosa

Central Única dos Trabalhadores

Secretaria de Comunicação

Elizabeth Costa

Federação Nacional dos Jornalistas

Secretaria de Políticas Públicas

Nascimento Filho

Federação Interestadual dos Trabalhadores em
Empresas de Radiodifusão e Televisão (Fitert)

Secretaria de Formação

Cristina Castro

Confederação Nacional dos Trabalhadores em
Estabelecimentos de Ensino (Contee)

Secretaria Executiva

Pedro Rafael Vilela

Arte e diagramação: Elizângela Araújo

TESE SOBRE BALANÇO DE GESTÃO PARA A XIX PLENÁRIA NACIONAL DO FNDC

1. A atuação do FNDC ao longo dos últimos dois anos refletiu, ao mesmo tempo, o desafio de levar adiante os compromissos históricos da entidade na luta por um sistema de comunicação plural, diverso e democrático, com a necessidade de organizar, junto aos setores populares do país, uma frente que seja capaz não apenas de responder de forma unitária aos desafios desta conjuntura, mas também de enfrentar as reformas estratégicas e estruturantes que o país precisa, dentre elas, a do setor de comunicações.

2. Nesse contexto, é possível sintetizar o balanço dessa gestão a partir de dois eixos fundamentais: político/estratégico e organizativo. O primeiro eixo combina o fortalecimento da nossa atuação no âmbito da articulação e mobilização em favor de políticas de comunicação, que se expressa desde o fortalecimento da campanha por um novo marco legal do setor, com ênfase no Projeto de Lei da Mídia Democrática, até a atuação em torno de pautas estruturantes e transversais, entre as quais se incluem a defesa e o fortalecimento da comunicação pública; a luta contra práticas de violação de direitos humanos e discurso de ódio na mídia; a denúncia do controle dos meios de comunicação por agentes políticos; a defesa de garantias individuais e coletivas frente aos abusos da mídia, como a classificação indicativa e o direito de resposta; a luta em favor da liberdade de expressão e privacidade na internet; e a defesa de mecanismos de democratização de verbas públicas em favor de veículos comunitários e alternativos, como forma de estimular maior pluralidade na mídia.

3. Este eixo também se refere às ações tomadas no sentido de consolidar o papel do FNDC como ator político de referência nessa luta, com capacidade para construir acordos entre diferentes organizações e entidades, viabilizando uma luta política da comunicação de forma suprapartidária, supraorganizativa e suprasindical, que teve na organização do histórico II Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação (ENDC), em 2015, a sua principal evidência. Cumpre mencionar também o esforço do FNDC, nesse período, de compor ativamente a construção de estratégias ampliadas de luta social junto a outros setores populares, com destaque para a criação da Frente Brasil Popular (FPB), da qual o FNDC é uma das entidades fundadoras, além da participação ativa na

campanha do Plebiscito Popular pela Constituinte Exclusiva e Soberana sobre o Sistema Político.

4. Já o eixo organizativo do balanço expressa o trabalho dos últimos dois anos para valorizar as instâncias decisórias do FNDC, com destaque para o empoderamento do Conselho Deliberativo, com reuniões e encontros regulares, promoção de atividades de formação, ampliação do número de comitês, fortalecimento da estrutura de Secretaria e suporte, adoção de estratégias de gestão e mecanismos de sustentabilidade financeira do Fórum, com especial ênfase no desenvolvimento e disponibilização de um sistema informatizado de filiação de entidades. Ainda, os esforços no sentido de manter a regularidade da nossa principal publicação, a revista *MídiaComDemocracia*, e de aprimorar os serviços de comunicação do Fórum, que resultou no crescimento significativo de presença nas redes sociais e de produção de matérias, clipping de notícias, reformulação de página na internet, entre outros.

Ações pela democratização da comunicação

5. O primeiro semestre de 2014 tem como destaque a participação do FNDC em todo o processo de mobilização e pressão social que culminou na aprovação do Marco Civil da Internet (MCI). Ao longo de 2015 até o início de 2016, o Fórum também se engajou nos processos de discussão da plataforma e propostas de regulamentação do MCI, no âmbito do Ministério da Justiça, bem como de ações para impedir o avanço de projetos de lei e outras iniciativas parlamentares em curso no Congresso Nacional e que visam esvaziar os efeitos fundamentais da nova lei. O MCI está rapidamente se tornando um alvo do parlamentar que querem controlar a internet. O PL nº 215, junto aos apensados nº 1547 e nº 1589, visam dar acesso à privacidade sem uso de mandado judicial e estabelecem penas para provedores de conteúdo por danos causados a terceiros. A CPI dos crimes cibernéticos gerou pelo menos 8 projetos de lei que, em essência, podem transformar o MCI em uma ferramenta de censura, promotora da exceção de direitos constitucionais.

6. O FNDC liderou o processo de mobilização em torno da “Carta-compromisso por uma comunicação democrática”, documento assinado por dezenas de entidades filiadas e que era destinado aos candidatos, com propostas para a democratização da comunicação no Brasil e nos estados. Ao longo do mês de setembro, comitês do Fórum em MG, DF e RJ realizaram atividades para debater regulação da comunicação e entregar versões da Carta para candidatos de diferentes partidos e coligações que disputavam as eleições de deputado, senador e governador.

No mesmo período, documento também foi entregue diretamente a quatro candidatos à Presidência da República: Dilma Rousseff, Eduardo Jorge, Luciana Genro e Marina Silva.

7. Confirmando o papel de referência do FNDC como entidade articuladora da luta pela democratização da comunicação no Brasil, vale mencionar importantes participações em eventos internacionais ao longo desta gestão. Em outubro de 2014, como painelistas no “Encontro Internacional de Meios e Democracia – Desafios em tempos de convergência”, promovido pela Autoridade Federal de Serviços de Comunicação Audiovisual (Afsca) da Argentina e contou com a experiência de estudiosos, professores, pesquisadores e ativistas pela democratização da mídia de vários países. O FNDC também compôs a delegação brasileira que construiu e participou das atividades da 4ª edição do Fórum Mundial de Mídia Livre (FMML) e do Fórum Social Mundial (FSM), em Túnis, Tunísia, em março de 2015, que teve como destaque a aprovação da “Carta Mundial da Mídia Livre”. Também em 2015, participação no Seminário Internacional sobre o Papel Social das Comunicações e Fortalecimento da Liberdade de Expressão e do Fórum Mundial de Governança da Internet (Internet Governance Forum), realizados em João Pessoa (PB). Em janeiro de 2016, participação no Fórum Social Temático, em Porto Alegre (RS).

8. Na luta pelo fortalecimento da comunicação pública, o FNDC participou como co-organizador do Fórum Brasil de Comunicação Pública, realizado em Brasília (DF), em novembro de 2014, em conjunto com entidades vinculadas à Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular (FrenteCom). Na ocasião, foi entregue ao governo federal a “Plataforma pelo Fortalecimento da Comunicação Pública”, com propostas de políticas públicas específicas para o aperfeiçoamento das emissoras que compõem o campo público da comunicação no país. Em novembro de 2015, um ano após o seminário, o FNDC também participou do processo de construção do seminário de avaliação de um ano do Fórum Brasil de Comunicação Pública, também realizado na capital federal. Outro momento de destaque foi a participação na organização do Seminário sobre o Modelo Institucional da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em agosto de 2015. Ainda sobre a EBC, imprescindível mencionar a participação da coordenadora-geral do FNDC, Rosane Bertotti, como conselheira do Conselho Curador da EBC, e o esforço da entidade para acompanhar e dar sustentação a várias discussões e debates para o fortalecimento de suas emissoras, com destaque para diversas manifestações públicas, como no apoio à greve dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa, no processo de mudança da direção, na pressão para a indicação dos últimos cinco novos conselheiros (representantes da sociedade civil),

além de intensa participação nas discussões e propostas sobre o processo de eleição/indicação de novos conselheiros.

9. Como ocorre anualmente em outubro, o FNDC também ajudou a impulsionar e mobilizar a Semana Nacional pela Democratização da Comunicação, nos anos de 2014 e 2015, mobilizando centenas de militantes em pelo menos 13 estados da federação, com seminários, debates, aulas públicas, rodas de conversa, panfletagens, oficinas, lançamento de publicações, atividades públicas, coleta de assinaturas do Projeto de Lei da Mídia, entre outras ações. Os temas em destaque nesses dois anos foram, respectivamente: os políticos donos da mídia e a violação de direitos humanos nos meios de comunicação.

10. A partir de fevereiro de 2015, foi disponibilizada uma plataforma online para coleta de adesões ao Projeto de Lei da Mídia Democrática, no portal paraexpressaraliberdade.org.br, com ampla repercussão nos meios de comunicação alternativos e na blogosfera em geral. Iniciativa pensada para expandir a proposta de um novo marco legal para as comunicações, estimulando debates e ações políticas, mas que, vale ressaltar, não contabiliza as assinaturas necessárias para a apresentação do projeto ao Congresso, que exige, nesse caso, assinaturas físicas em papel.

11. Um dos momentos mais importantes dessa gestão foi a realização, em abril de 2015, do II Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação (ENDC), em Belo Horizonte (MG), que reuniu mais de 700 ativistas de todo o Brasil para discutir os desafios da democratização da comunicação. O evento, que teve participação de proeminentes convidados nacionais e internacionais, é considerado a maior mobilização social do segmento desde a Confecom, em 2009, e teve como resultado a aprovação da “Carta de Belo Horizonte”, que sintetiza as principais reivindicações da sociedade civil brasileira para o avanço nas políticas de comunicação no país.

12. Vale destacar, ainda, a participação do FNDC em torno de iniciativas importantes da luta pela democratização da comunicação, como na representação enviada ao MPF pedindo o cancelamento de concessões, permissões e autorizações de canais de rádio e televisão que tem a participação de deputados e senadores em pleno exercício de mandato, além de casos ilegais de arrendamento de programação e até sublocação de canais. Outro que tem sido acompanhado é a defesa da manutenção da vinculação horária da classificação indicativa, que está em julgamento no STF, bem como mobilização pela aprovação da nova lei de direito de resposta na mídia, sancionada no fim de 2015. Com forte apoio do Fórum, no mesmo ano, uma série de atos políticos e intervenções públicas marcaram as atividades de “descomemoração” do aniversário de 50

anos da TV Globo. No manifesto “50 anos da TV Globo: vamos descomemorar!”, dezenas de entidades repudiaram o autoritarismo da linha editorial da emissora, além de denunciar em suspeitos casos de corrupção e sonegação fiscal. Destaque para a intervenção política durante sessão solene em homenagem à TV Globo, realizada no plenário da Câmara dos Deputados, que resultou na detenção de três militantes pela democratização da comunicação. Uma ação semelhante também ocorreu em sessão solene em homenagem à TV Globo na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Em outra ação, dezenas de militantes realizam mega-panfletagem na porta do ginásio do Maracanãzinho, no Rio de Janeiro, durante festa oficial de comemoração da emissora.

Atuação institucional

13. O FNDC investiu em uma forte atuação institucional ao longo da gestão que se encerra, com destaque para diversas agendas mantidas junto governo federal, que abrangeram os ministérios das Comunicações, Cultura, Justiça, Secretaria-Geral da Presidência da República (atual Secretaria de Governo), Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR), além da participação em reunião ampliada com a presidenta Dilma Rousseff, com participação de outros movimentos sociais. Nessas reuniões institucionais, foram apresentadas reivindicações e discutidos temas como: desinterdição do debate de um novo marco regulatório, regulamentação do Marco Civil da Internet, democratização das verbas oficiais de publicidade, novo marco legal das telecomunicações, fortalecimento da comunicação pública, Canal da Cidadania, canais públicos da TV digital (Canal da Cultura e Canal da Educação), entre outros. Ainda, faz-se necessária pressão sobre o governo para que encaminhe as mais de 600 propostas aprovadas na I Confecom (2009).

14. Outro espaço estratégico de atuação do FNDC ao longo do período tem sido a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação com Participação Social (FrenteCom), onde o FNDC é uma das entidades coordenadoras. Destaque para o acompanhamento, pela FrenteCom, de duas pautas fundamentais: o fortalecimento da comunicação pública, com a realização de eventos importantes, como o Fórum Brasil de Comunicação Pública (2014), e as denúncias de violação de dispositivos legais e constitucionais na composição do Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional, com exclusão da participação e ocupação irregular de vagas destinadas a entidades da sociedade civil.

15. Ainda no âmbito do Parlamento, o FNDC participou como convida-

do em diversas audiências públicas, junto à Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), com destaque para debates sobre limites à concentração econômica da mídia, sublocação e arrendamento de canais de rádio e televisão, privacidade e neutralidade na internet e universalização do acesso à banda larga.

Frentes ampliadas de luta: FNDC em defesa da democracia

16. A partir da leitura política de que a democratização da comunicação se inscreve numa dimensão mais ampla de luta social por reformas estruturais, o FNDC se incorporou ativamente na construção de estratégias ampliadas de luta ao longo dos últimos dois anos. O principal destaque é a criação da Frente Brasil Popular (FBP), desde setembro de 2015, da qual passou o Fórum a fazer parte de seu Coletivo Nacional, além de participar dos coletivos estaduais, ajudando a organizar atividades, atos e manifestações públicas em defesa da democracia e contra o golpe, contra o ajuste fiscal e por outra política econômica. Ainda em 2014, o FNDC integrou e participou da campanha nacional do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana sobre Sistema Político, que combinou atividades de coleta de quase 8 milhões de votos em favor da Constituinte, além de milhares de assinaturas ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática.

Funcionamento das instâncias

17. Os anos de 2014 e 2015 marcaram o fortalecimento e valorização das instâncias decisórias do FNDC. Além de reuniões mensais da coordenação executiva, o Conselho Deliberativo realizou quatro reuniões nacionais, uma a cada semestre, sempre com quórum significativo e combinado a uma programação que incluiu atividades de formação, como debates e seminários. É preciso ponderar, no entanto, que apesar dos esforços, o Conselho Deliberativo não conseguiu assumir uma participação maior em atividades e tarefas tocadas ao longo do período. Ao mesmo tempo, no âmbito da Coordenação Executiva, as trocas de representantes das entidades e o envolvimento desigual dos seus representantes também dificultaram o avanço dos trabalhos em algumas situações.

18. Os Comitês Regionais pela Democratização da Comunicação também apresentam as mesmas dificuldades. Somente cerca de um terço dos quase 30 Comitês do FNDC mantém reuniões e realiza atividades frequentes. Uma das atuações conjuntas mais impactantes do FNDC tem sido a Semana Nacional pela Democratização da Comunicação. A expectativa é que a plataforma digital concebida em torno do novo Sis-

tema de Filiados possa ajudar a organizar informações, mobilizar e facilitar contatos e apoio entre as entidades do FNDC. Porém, nenhuma ferramenta tecnológica terá efetividade se cada uma das organizações filiadas não incorporar a agenda da democratização da comunicação como tarefa permanente no escopo da sua atuação política.

19. O período teve como destaque a criação de novos comitês, como Amazonas, Amapá, Pará, região de Campinas (SP), Pelotas (RS), além da rearticulação de outros, como Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e Goiás. A XVIII Plenária Nacional, realizada em abril de 2014, em Guararema (SP), também marcou a consolidação desse avanço organizativo, e registrou a maior representatividade entre todas as plenárias anteriores, com participação de cerca de 100 pessoas, entre delegados e observadores.

20. Desde a Confecom, o movimento de luta pela democratização da comunicação cresceu e se espalhou para outros segmentos que, até então, tinham pouca ou nenhuma relação com o tema. A denúncia do monopólio midiático no Brasil e do papel conservador que os grandes veículos têm cumprido no cenário nacional e internacional cresceu. O movimento sindical, estudantil, comunitário, de mulheres, LGBT, negros e tantos outros passaram a incluir no seu discurso político a necessidade de lutar por uma comunicação mais democrática. A manipulação e a parcialidade da grande mídia passaram a ser tão explícitas que sua credibilidade tem sido questionada por muitos.

21. Ao lado disso, cresceu o ativismo digital, o jornalismo feito de forma colaborativa e sem as imposições dos donos de jornais. Florescem sites, blogs e redes sociais feitos por jornalistas, comunicadores sociais de todos os tipos, que disputam a opinião pública a partir de uma narrativa contra-hegemônica dos fatos, e buscando pautar temas e acontecimentos que são ignorados cotidianamente pela grande mídia.

22. Tudo isso contribuiu para que o FNDC crescesse e ampliasse ainda mais o seu protagonismo político. Contudo, é preciso registrar que o fato de termos mais atores sociais falando da urgência em se democratizar os meios de comunicação ainda não se desdobrou, efetivamente, em ação política por parte de todos esses movimentos. A dificuldade de engajar os vários movimentos em torno da coleta de assinaturas do PLIP se deve, em parte, a esta dificuldade. O movimento tem dificuldade de conciliar sua pauta política específica com a pauta da comunicação.

23. É importante apontar, também, as debilidades organizativas do movimento pela democratização da comunicação, que impediram avanços significativos no processo de coleta de assinaturas em favor do Projeto

de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática. Reproduziram-se, nos últimos dois anos, obstáculos já identificados em anos anteriores, como a dificuldade dos Comitês Regionais em organizar e manter calendário permanente de coleta. Ao mesmo tempo, poucas entidades, incluindo as de atuação nacional, se envolveram na tarefa de captação de apoio ao Projeto. A disponibilização de uma plataforma para coleta online de apoio ao projeto deu certo impulso na divulgação da proposta, em 2015, mas logo se estagnou. O resultado é que, após quase três anos de lançamento do projeto, não foram coletadas nem 50 mil assinaturas, o que representa cerca de 3% da meta necessária (1,5 milhão). Claro que o Projeto de Lei continua servindo como poderoso instrumento pedagógico e de mobilização, e foi apresentado em diversos espaços de debate ao longo do último período. Mas seu objetivo inicial tem sido frustrado pela incapacidade do movimento de incorporá-lo como sua tarefa diária: a coleta de assinaturas.

Gestão administrativa e financeira

24. Apesar do grande número de filiações ao FNDC registradas ao longo dos últimos anos, verificou-se que a sustentabilidade financeira continua a ser um importante gargalo. As contribuições, entre 2014 e 2015, somaram uma média mensal de R\$ 2.000, valor muito inferior aos atuais custos de manutenção de equipe e escritório, estimados em cerca de R\$ 30.000/mês (considerando o ano de 2015). Estes custos incluem, de forma permanente, o pagamento de salário e encargos trabalhistas de um Secretário-Executivo, um auxiliar administrativo, uma jornalista (assessora de comunicação) e um estagiário. A situação se agrava no cenário em que o FNDC está prestes a encerrar seu último projeto com apoio da Fundação Ford, em dezembro de 2016, sem perspectiva de continuidade, como já anunciado pela própria Ford. Além disso, o que explica parte da baixa arrecadação histórica é a desatualização dos dados das entidades filiadas, já que muitas trocaram suas representações sem informar à Secretaria. Para enfrentar esse desafio, o Conselho Deliberativo aprovou proposta da Coordenação Executiva para implementação de um sistema informatizado de gestão administrativa e financeira das entidades e comitês filiados ao FNDC. Referido Sistema de Filiados, que está em operação desde o início de 2016, por meio de uma campanha nacional de filiação lançada oficialmente no dia 11 de janeiro, vai possibilitar a atualização cadastral permanente das entidades filiadas, bem como a completa desburocratização e facilidade para inscrição de novas entidades. O Sistema é uma base de dados que ainda poderá incorporar diversas outras funcionalidades ainda não disponíveis, como a gestão direta, pelos Comitês, dos entes filiados, além de um

mecanismo mais sofisticado de troca de mensagens e informações entre Secretaria, Comitês e entidades.

Comunicação

25. Nos últimos dois anos, o FNDC procurou manter e aprimorar suas principais ferramentas de comunicação, que registraram crescimento expressivo em termos de audiência e fluxo de informações:

Site e redes sociais

26. O portal do FNDC registra uma média de 17 mil acessos mensais, sendo que 80% desses acessos são provenientes de visitantes únicos. O tempo médio de permanência na página é de 2min15s, e a registro de visitas originadas de mais de 70 países. Em 2015, também entrou no ar uma versão repaginada no site da campanha Para Expressar a Liberdade, que havia ficado um longo tempo desatualizado. A reformulação viabilizou a implantação de uma plataforma de coleta de adesão ao Projeto de Lei da Mídia Democrática. Também foi positiva a priorização de vídeos explicativos sobre o PLIP na página que contribuem à divulgação ampliada do assunto.

27. Já em relação às redes sociais, o crescimento foi expressivo. A página do FNDC no Facebook, atualizada várias vezes ao longo do dia, ampliou em pelo menos 65% o número de curtidas, atualmente em 12 mil. Já página da campanha Para Expressar a Liberdade, também atualizada diariamente, ostenta mais de 14 mil curtidas Facebook. O Twitter do FNDC já possui 3.342 seguidores, um aumento de 100% em relação há dois anos.

Clipping

28. O FNDC elabora diariamente um clipping com as principais notícias da área de comunicação, oriundas de veículos comerciais, alternativos e públicos. Um boletim eletrônico com mais de 30 reportagens e artigos é enviado para um mailing de mais de 6 mil e-mails cadastrados. O clipping também fica disponível no site do FNDC e é organizado em editorias para facilitar a leitura por área de interesse.

Boletim semanal

29. Nos últimos dois anos, também foram publicadas cerca de 80 edições do boletim eletrônico semanal e-Fórum, com notícias elaboradas pela equipe de comunicação do FNDC e por meios alternativos e parceiros. Da mesma forma que o clipping especializado, o e-Fórum é enviado para um mailing de assinantes. Os materiais referidos orientaram as ações

do FNDC e subsidiaram as ações de organizações, grupos e de pessoas que atuam pela democratização da comunicação. Vale ressaltar que um dos desafios nesse âmbito é aprimorar o fluxo de informação junto aos Comitês nos estados, para dar destaque e visibilidade especialmente às ações e pautas locais da democratização da comunicação.

Assessoria de Imprensa

30. A comunicação do FNDC também mantém um serviço de atendimento à imprensa, encaminhando entrevistas, buscando informações, divulgando pesquisas e fontes da área de comunicação, sempre que solicitado.

Revista MídiaComDemocracia

31. Nos últimos dois anos, foram produzidas três edições da revista MídiaComDemocracia, com uma tiragem média 5.000 exemplares, enviada para boa parte das entidades filiadas e comitês, bem como movimentos sociais, universidades e setores do governo. Atualmente, os principais desafios são a atualização do seu projeto gráfico-editorial, que está defasado, além da consolidação de mecanismos de financiamento alternativo para produção da revista, que tem um custo alto de produção – se considerada a capacidade financeira do FNDC – e acaba, por consequência, impactando na sua periodicidade, que deveria ser pelo menos semestral. Além disso, faz-se necessária a ampliação da deliberação sobre pauta e construção da revista com o Conselho Deliberativo.

ANEXO

Balanço de Ações Comitê Mineiro pela Democratização da Comunicação (2014-2016):

01. Destacam-se no balanço do Comitê a organização de eventos de grande mobilização como o Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação em 2015 e a participação ativa na organização de dois ciclos de debate sobre liberdade de expressão e comunicação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 2014 e 2016.

02. Além disso, o Comitê se envolveu na redação de duas representações contra arrendamento ilegal de rádios mineiras a Rádio Guarani e a Rádio Nativa apresentadas ao Ministério Público Federal.

03. Outra importante conquista é a eleição de um dos integrantes do FNDC no conselho curador da Rede Minas no início de 2016, fruto de uma longa negociação com a presidência da emissora em propor para indicação da vaga atribuída ao “cidadão de ilibada reputação” um representante dos movimentos da sociedade civil envolvidos na luta pela democratização da comunicação. Isso devido ao fato que na configuração atual o conselho não prevê representação da sociedade civil.

04. Em setembro de 2015 o Comitê Mineiro foi a única entidade do FNDC que enviou uma resposta à consulta da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre concentração da Mídia no Brasil.

06. Ao final de 2015, o comitê iniciou uma negociação com a secretária estadual de Direitos Humanos e DETTEL para organização de um programa de formação sobre outorgas de rádios comunitárias, web-rádio e canal da cidadania que seja propiciada em cada um dos 17 territórios no Estado, no intuito de incentivar a apresentação de projetos de comunicação representativos da diversidade cultural do Estado e fortaleça o campo das mídias alternativas.

07. Ao longo desses dois anos, o Comitê participou de vários eventos, audiências públicas ou encontros, na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no interior do estado. Levantamos por exemplo o convite da Articulação do Semiárido Brasileiro em novembro de 2014, uma audiência pública em Uberlândia sobre a reforma da mídia em setembro de

2015, diversas participações nas últimas conferências estaduais e municipais.

08. Em 2015 dois atos de descomemoração dos 50 anos da Globo foram organizados: um na porta da emissora e outro no plenário da ALMG durante uma solenidade em presença das autoridades. Ambos os atos tiveram ampla mobilização de movimentos de juventudes.

09. O Comitê proferiu palestras e formações em universidades e escolas (UFMG, PUC, UNI-BH, escola sindical etc.) e eventos organizados por entidades parceiras.

O Comitê Mineiro teve uma representação nos Fóruns Regionais do Estado onde enviou várias propostas ligadas à comunicação pública, financiamento e implementação do conselho estadual. Outra representação foi no Fórum Comunicação Pública em Brasília em novembro 2014.

10. Politicamente, o FNDC-MG aderiu ao Fórum Brasil Popular Minas desde sua criação e compõe hoje sua coordenação executiva. Nesse âmbito participou e teve representação em todos os atos contra o ajuste fiscal, pelos direitos, pela democracia e contra o golpe dos dois últimos anos. Além disso, várias entrevistas para TV, rádio, web e impresso foram dadas por diversos integrantes do comitê.



Secretaria: Setor Comercial Sul, Quadra 06, Ed. Presidente, sala 206, nº141
CEP 70327-900, Brasília-DF
Telefone geral: (61) 3224-8038 | Administrativo: (61) 3223-3652
CNPJ: 01.132.437/0001-41
www.fndc.org.br